

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA, NARRATIVA HISTÓRICA E A INTER-RELAÇÃO COM O ENSINO DE HISTÓRIA¹

Edinalva Padre Aguiar²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão acerca da consciência histórica, narrativa histórica e a importância de ambas para o ensino e aprendizagem de História. Inicialmente levanta questões ontológicas e as discute sob o prisma da consciência e narrativa históricas. Ambas as categorias são amparadas teoricamente pelas proposições do historiador alemão Jörn Rüsen, para quem a consciência histórica desempenha a função precípua de servir como fator de orientação do agir humano no tempo. Igualmente importante para a compreensão da consciência histórica é a narrativa histórica – e as competências a elas correlatas – que, segundo o mesmo autor, representa sua forma de expressão e atribuição de sentido às ações. O texto finaliza defendendo o aprimoramento da consciência histórica como fator primordial do ensino e aprendizagem da História.

Palavras-chave: Consciência Histórica; Narrativa Histórica; Ensino e Aprendizagem de História.

O homem é o único animal capaz de pensar sobre seu agir, sobre o que o mobiliza e os objetivos de sua ação, mesmo que estes se localizem no passado, se processem no agora ou se trate de intenção futura. É essa capacidade que torna os seres humanos efetivamente humanos e constitui-se na consciência, cuja discussão perde-se na poeira do tempo.

Misturadas ao próprio campo da consciência, encontram-se as velhas perguntas sobre o sentido existencial: de onde viemos? Por que ou para que estamos aqui? Restará algo de nós depois de superada a transitoriedade do corpo material? Se restar, de que matéria se comporá, o que será feito desse algo, ou o que poderá

1 Este artigo é parte da tese intitulada “O ensinado, o aprendido: a educação histórica e a consciência histórica”, defendida em 2013, junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob orientação da prof^ª. Dr^ª. Maria Antonieta de Campos Tourinho. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/14561/1/Tese%20Edinalva%20Padre%20Aguiar.pdf>>.

2 Professora de Metodologia e Prática do Ensino de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em Educação. E-mail: dinaguiar@hotmail.com

ele fazer? Para onde irá? Manterá ciência de si? São questões de cunho existencial que a Filosofia (incluindo as filosofias religiosas) e as diversas ciências tentam responder cada uma, evidentemente, do seu ponto de vista. Desse tema também se ocupa a Filosofia da História, preocupada em entender e, quem sabe, traçar uma ontogênese da historicidade humana. Em se tratando particularmente da consciência histórica, alguns teóricos localizam sua origem em conjunto com o desenvolvimento da consciência mais ampla, outros, na Modernidade, resultando do pensamento racional.³ Tal discussão configura-se vital, pois não se escolhe ter ou não ter consciência de si, do mundo e das diferenças temporais. Qualquer pessoa, em qualquer cultura, sabe contar minimamente sua história pessoal e a do seu grupo de pertencimento. Portanto, ela é inerente à condição humana e, por isso, precisa ser interrogada e analisada, contribuindo para a própria autocompreensão e para a compreensão do sentido existencial.

Diante dos múltiplos olhares, o conceito de consciência histórica não poderia deixar de ser multifacetado. No senso comum, normalmente, é entendida como a capacidade intelectual que permite a compreensão e localização no tempo e espaço em que o sujeito se encontra. Procurando diminuir os caminhos e descaminhos dessa polêmica, optamos por eleger Rösen como teórico basilar da presente discussão, o que pode facilmente ser justificado dada a relação por ele estabelecida entre Filosofia da História, consciência histórica, Didática da História e vida prática. Entendemos que seu pensamento situa a consciência histórica no âmbito da Filosofia da História, ao argumentar que ela interroga sobre o sentido existencial e a constituição identitária, cabendo-lhe a tarefa de interpretar e responder questões que dizem respeito à origem, sentido da vida e destinação do ser. Assim, ele entende consciência histórica como um

[...] modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e a intenção no tempo se realiza no processo

3 Conf. ARON, Raymond. Dimensiones de la consciencia histórica. México, DF: Fondo da Cultura Económica, 1984; ARIÈS, Phillipe. O tempo da história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989; HELLER, Agnes. Uma teoria da história. Tradução de Dilson Bento de F. F. Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993; GADAMER, Hans-Georg. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, Pierre (Org.) O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 17-25.

da vida humana. [...]. Para essa forma de consciência é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo e esta com aquela. Essa operação pode ser descrita como *orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo* (RÜSEN, 2001, p. 58-59, grifos do autor).

Trilhando a mesma linha de raciocínio da anteriormente esposada, Rösen (2001, p. 57) reitera que a consciência histórica pode ser definida como “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Significando dizer, segundo inferimos, que a consciência histórica pode ser entendida como uma operação cognitiva que integra fatores emocionais, psicológicos e espirituais, utilizados para dar sentido ao tempo presente e às ações humanas; compreender a construção identitária; situar o sujeito no mundo e ajudá-lo – segundo as suas necessidades e *superavit* de intenções – a estabelecer relação entre História e vida. Essa relação exerce a função prática de conferir “[...] à realidade uma direção temporal, uma orientação que pode guiar a ação intencionalmente, através da mediação da memória histórica. Pode-se chamar a esta função ‘orientação temporal’” (RÜSEN, 2010, p. 58, grifo do autor).

Contudo, para que a função orientadora seja cumprida, junto com o desenvolvimento da consciência histórica uma capacidade precisa ser aprendida, a de construir um sentido (sentidos?) sobre a experiência temporal, no intuito de orientar ações, intenções e sofrimentos no tempo (RÜSEN, 2012, p. 54). Para Rösen, essa capacidade se expressa por meio da narrativa histórica, pois é ela que leva pessoas a ganharem com suas próprias mudanças e as do seu mundo na passagem do tempo. Ainda tratando da consciência histórica em sua função orientadora, conforme o mesmo autor, uma das atribuições primordiais do ensino de História é seu aprimoramento e, sendo a narrativa histórica – juntamente com as competências que lhe são inerentes – sua forma de manifestação, precisa igualmente ser aperfeiçoada.

De acordo com Rösen (2010, p. 59-61), a competência narrativa agrega em si três tipos de competências: o *conteúdo*, que representa a

competência da experiência; a *forma*, caracterizada pela competência da interpretação; a *função*, que marca a competência da orientação. Na utilização ou desenvolvimento de tais competências, o passado é rememorado com o objetivo de interpretar as experiências do tempo a fim de servirem de fator de orientação.⁴ Com efeito, consciência histórica e narrativa histórica são intercambiáveis na medida em que a competência narrativa pode ser definida “[...] como a habilidade da consciência humana para levar a cabo procedimentos que dão sentido ao passado, fazendo efetiva uma orientação temporal” (RÜSEN, 2010, p. 59), é por seu intermédio que a consciência histórica ganha organicidade e se expressa, tornando as experiências inteligíveis.

O refinamento da competência da experiência (conteúdo) pode ser percebido quando o retorno ao passado vai além da pura rememoração e as idiosincrasias são notadas, de forma que as experiências que o indivíduo guarda se tornem portadoras de sentidos para ele próprio ou para a coletividade. De acordo com o pensamento de Cerri (2004, não paginado), tal competência ocupa lugar central “[...] porque sem ela tende-se a imaginar o tempo como uma continuidade infinita do presente, ou seja, uma consciência histórica com noção mínima da historicidade do tempo”, onde, mesmo concebendo os três momentos do tempo histórico, as singularidades nas formas de agir e dar sentido ao tempo passam despercebidas ou são desconsideradas. Alerta que, mesmo não sendo factível pensar em uma consciência histórica completamente desprovida de conhecimento sobre o passado humano, “[...] pode-se constatar na atualidade um comportamento cujas ações desenvolvem-se como se não houvesse passado ou futuro” (CERRI, 2004, não paginado), onde as pessoas vivem um eterno presente.

A competência de interpretação “[...] é a habilidade para reduzir as diferenças do tempo entre o passado, o presente e o futuro através de uma concepção de um todo temporal significativo que abarca todas as dimensões do tempo” (RÜSEN, 2010, p. 60), o que para Rüsen significa que a questão da temporalidade da vida humana constitui-se como o instrumento primordial desta competência, já que ela é responsável por traduzir as experiências do passado, dar sentido ao presente e projetar o futuro. Para o autor, essa concepção é a essência da atividade significativo-criativa da consciência histórica,

4 Pela intrínseca relação entre as duas categorias, as competências atribuídas à narrativa histórica também caracterizam a consciência histórica (RÜSEN, 2010, p. 60).

é a fundamental “filosofia da história”. Por sua condição de sintetizar o todo temporal e, concomitantemente, deter a capacidade de perceber as diferenças inerentes a cada tempo histórico, encontra-se intimamente ligada à competência da experiência e ao mesmo tempo dirige-se para a competência de orientação, que busca atribuir significado ao todo temporal e às ações humanas no tempo.

Por seu turno, a competência de orientação (função) consiste na capacidade de “[...] usar o todo temporal, com seu conteúdo de experiência, para os propósitos de orientação da vida” (RÜSEN, 2010, p. 60). Similarmente à anterior, o aprimoramento desta competência exige que os conceitos substantivos⁵ e as experiências históricas façam sentido para a vida prática, sustentem decisões que dela emanem e ajudem na compressão de mundo, atendendo aos propósitos de orientação por ela exigidos. De acordo com o próprio Rösen, isso implica em que as ações sejam guiadas por meio de noções de mudança temporal, que articulem identidade humana e conhecimento histórico.

Dessa maneira, podemos concluir que a narrativa histórica, como elemento constitutivo da consciência histórica, toma como conteúdo as experiências interpretadas (que fazem respectivamente referência a aspectos empíricos e teóricos da consciência histórica), para dar forma a caminhos que terão a função de orientar o sujeito no tempo (aspecto prático da consciência histórica). Caso o sujeito não consiga articular suas ideias em uma narrativa coesa e coerente, tende a perder-se nas experiências do tempo, seja pessoal, seja coletivo. Nesse processo encontra-se também subsumida a questão de autodefinição identitária, já que “o elemento unificador no processo da relação presente, passado, futuro, mediante a narrativa é a resistência do ser humano à perda de si de seu esforço de autoafirmação, e se constitui como identidade” (SCHMIDT, 2009, p. 16).

Das competências propostas por Rösen, segundo nossa concepção, é possível extrair três características. A primeira delas é que se trata de uma relação não estática – logo, permanente e circular – entre experiência, interpretação e intenção. No que respeita

⁵ Os conceitos substantivos são aqueles que se referem a conteúdos históricos, tais como: “[...] comércio, nação, protestante, escravo, tratado ou presidente, e são encontrados quando lidamos com tipos particulares de conteúdos históricos. Eles são parte do que podemos chamar de substância da história e, por isso, têm sido denominados conceitos substantivos” (LEE, 2005, p. 61).

à experiência, para o autor não se trata somente do conhecimento acumulado, já que o seu simples domínio não garante que a experiência se efetive ou lhe assegure o *status* de histórica. Do que fala o autor – assim entendemos –, é a experiência daquilo que permanece vivo ou é reestabelecido porque institui relação com o quadro de valores de uma dada sociedade, grupo ou indivíduo. Além disso, a experiência precisa ser permeada de significados pessoais ou coletivos para quem a busca, significados que envolvem aspectos cognitivos e afetivos, memória e lembranças e que, muitas vezes, serve como meio de construção ou reafirmação identitária e desperta o sentimento de pertença ou diferenciação.

Firmando a circularidade aludida, o outro aspecto que decorre da experiência é que ela só será efetivamente válida e adequadamente utilizável mediante a interpretação, surgida da necessidade de compreender o momento presente. Mas, o ato interpretativo da experiência histórica não se constitui tarefa fácil, já que, nesse retorno ao passado, alguns elementos precisam ser considerados: 1) o tempo não retrocede, em função disso o sujeito é obrigado a lidar com a impossibilidade de reproduzir os acontecimentos tais quais ocorreram (alguns podem até se repetir, porém nunca de maneira idêntica); 2) a memória, responsável por reavivar o passado, também está sujeita a deformações e manipulações conforme lembra Nora (1993, p. 9), interferindo assim nesse retorno; 3) as circunstâncias, o contexto, os motivos e as intenções que impulsionaram as ações dos sujeitos, na maioria das vezes, permanecem ocultos para quem busca o passado. Além disso, a intenção desse retorno não se dá à toa, atende a propósitos relacionados à necessidade de suprir a carência de orientação deste tempo, para responder às perguntas deste e não de outro tempo, já que elas (carência de orientação e perguntas) são constantemente atualizadas, atendendo às especificidades de cada momento histórico.⁶

Enquanto a experiência se situa no passado, alocado para o presente a fim de atender à necessidade de orientação, a intenção se encontra enraizada no presente e, ao mesmo tempo, volta ao passado e se lança para o futuro, conjugando os três tempos históricos. Dessa forma, “o ‘agora’ é uma fronteira, uma linha de demarcação entre o passado e o futuro”.⁶ É importante ressaltar que a carência de orientação ocupa papel importante na teoria ruseñiana, sendo, inclusive, por ele considerada como o primeiro fator da matriz disciplinar da ciência histórica. Ela reclama o pensamento histórico e se articula em um interesse cognitivo pelo passado (RÜSEN, 2001, p. 30).

aquilo que já aconteceu e aquilo que ainda não aconteceu” (HELLER, 1993, p. 52, grifo do autor). Exemplifiquemos com os significados do termo intenção, que, em sentido lato e entre outras possibilidades, associa-se a: “desígnio deliberado de praticar uma ação”, “vontade”, “desejo”, “propósito”, “tender a praticar algo”, “intento”, “plano”, “deliberação”. De acordo com essas acepções, a intenção congrega ao mesmo tempo a ideia, o pensamento e o desejo da ação, que, por sua vez, é estimulada pela vontade, deliberação, intento... Assim, a intenção da ação e seu planejamento se dão no presente, mas ela será executada no futuro próximo ou distante, trazendo-o, dessa maneira, para o agora. Além disso, praticamente toda ação apresenta repercussões futuras, logo, as ações do presente contêm em si germes do devir.

A segunda característica resultante da conceituação ruseniana de consciência histórica é que seu desenvolvimento pressupõe a utilização de *operações mentais*, possíveis somente a partir do surgimento e desenvolvimento da capacidade humana de raciocínio que lhe facultou a competência de interpretar. É por meio das operações mentais da experiência, interpretação e orientação que o ser humano articula sua vida prática com as experiências do e no tempo. A isto Rüsen chama de orientação do agir no tempo. O aperfeiçoamento dessas operações também é fundamental para o ensino de História já que um dos seus objetivos basilares é o aprimoramento do raciocínio histórico, com o qual as operações mentais se vinculam, o que não significa dizer que sua ocorrência só pode se dar por meio da educação escolar. Exemplo disso é que pessoas há que nunca passaram pela escola e conseguem “ler” o mundo com um “olhar histórico” altamente refinado.

A terceira característica merecedora de destaque é que a consciência histórica contém em si teoria e prática, já que é composta da ação (prática), que, para se concretizar, usa a experiência interpretada para apreender o passado, interpretação que, por sua vez, precisa se apoiar em uma base teórica,⁷ trazendo-o de volta ao presente para atender às intenções e necessidades de orientação impostas pela vida e pelas labutas cotidianas. Como fator de orientação, parte do tempo presente para planejar o futuro, fazendo novamente a síntese temporal poeticamente colocada por Benjamin (1994, p. 223) quando argumenta:

7 Não nos referimos aqui necessariamente a uma teoria complexa ou acadêmica.

[...] não somos nós tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.

Interessante observar que a síntese temporal não é linear, os tempos históricos se inter-relacionam. Assim, é possível afirmar que “o presente não se detém. Não poderíamos imaginar um presente puro; seria nulo. o presente contém sempre uma partícula de passado e uma partícula de futuro, e parece que isso é necessário ao tempo” (BORGES, 19[??], não paginado). Da mesma maneira podemos dizer que não é somente o agora que se volta para o pretérito, o futuro também está saturado de passado e, analogamente, lança a ele um apelo que não pode ser rejeitado, conforme lembram as últimas frases do excerto. Logo, como herdeiras do passado, as gerações presentes têm uma forte dose de relação com ele e um compromisso com o futuro do qual é forjadora.

Do exposto, concluímos que a experiência interpretada e a intenção, juntas, criam a circularidade e a relação entre as três temporalidades históricas, cotejando passado, presente e futuro em um constructo significativo e em um *continuum*. A compreensão dessa síntese se dá por meio de um tipo de consciência específica, a consciência histórica, evidenciada no processo da vida humana prática. Assim, a consciência histórica possibilita a construção de sentidos para a vida, entendida não somente do ponto de vista biológico, mas, também, como constructo sócio-histórico, que permite ao ser humano deslizar no tempo já que, mesmo fincado no presente, pode, por meio da memória, mirar o passado com a intenção de apreender dele as experiências, que, interpretadas, darão sentido ao presente, ajudando-o a entender seu mundo, suas origens, quem ele é e quem são os outros, constituindo, assim, sua identidade (pessoal e coletiva) e, da mesma maneira, pelo pensamento, lançar-se ao futuro planejando – a partir das intenções forjadas no presente –, onde

deseja chegar como indivíduo e como humanidade. Por conseguinte, acompanhando a ideia ruseniana, a consciência histórica alberga em si o potencial de síntese temporal e de formação identitária. Para ele, a temporalidade histórica passado/presente/futuro é indissociável. A essa íntima relação entre os três tempos, denomina *representação da continuidade* (RÜSEN, 2001, p. 64).

Conforme vimos, para que a consciência histórica possa servir como fator efetivo de orientação para a vida prática, ela deve buscar a experiência, interpretá-la e atribuir-lhe sentido(s). Por conseguinte a categoria sentido adquire importância para a compreensão da consciência histórica, mas sua conceituação é controversa até mesmo entre os linguistas. Sem adentrar nessa seara, no presente texto contornamos as dificuldades de delimitação conceitual nos valendo de uma compreensão simples, segundo a qual *sentido* é algo que vai além do texto expresso,⁸ envolve o contexto cultural e linguístico. Exemplificando: em nossa cultura, o termo *peixe*, em sentido literal, significa animal vertebrado aquático, contudo, simbolicamente, ele pode ser ressignificado e remeter a imaginação a uma boa moqueca, a uma pescaria e, ainda, em certos grupos cristãos, à origem do cristianismo, já que este parece ter sido o sinal de identificação entre os primeiros seguidores dessa doutrina.

Podemos dizer então que, além de identificar o objeto em si, o sentido expressa também o simbólico, servindo como elemento mediador entre a compreensão do sujeito e a situação vivida em um dado momento. Como se refere a situações e sujeitos específicos tem caráter provisório, dinâmico e ocasional, já que pode se modificar, conforme se alterem as situações e sujeitos iniciais. Heller (1993, p. 85) entende que

dar sentido a alguma coisa significa mover os fenômenos, as experiências e similares, para dentro de nosso mundo; significa transformar o desconhecido em conhecido, o inexplicável em explicável, bem como reforçar ou alterar o mundo por ações significativas de diferentes proveniências.

Portanto, para a autora a atribuição de sentido é um processo endógeno e exógeno. Endógeno, na medida em que interiorizamos o aprendido; e exógeno, quando o aprendido é traduzido em atos.

8 Seja na forma oral, escrita, gestual ou imagética.

Segundo ela, atribuir sentidos aos acontecimentos históricos significa atribuir sentido à própria existência. Identifica maneiras variadas de imputar sentidos, podendo ocorrer mediante atuações, ideias e categorias, por ela definidas em termos de nomear algo, estabelecer analogias, causalidade, modalidade, possibilidade e probabilidade ou, ainda, recorrer à aplicação de matrizes genéricas.⁹

Rüsen também aponta elementos produtores da constituição de sentidos, mas, diferentemente de Heller, para ele, essa constituição decorre da experiência temporal, se expressa por meio da narrativa histórica e opera em quatro planos:

[...] a) no da percepção de contingência e diferença no tempo; b) no da interpretação do percebido mediante a articulação narrativa; c) no da orientação da vida prática atual mediante os modelos de interpretação das mudanças temporais plenos de experiências do passado e, por fim, d) na motivação do agir que resulta dessa orientação (RÜSEN, 2001, p. 155-156).

Sintetiza a atribuição de sentido no esquema em que este “[...] articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de maneira que a relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo” (RÜSEN, 2001, p. 156). Esmiuçando essa ideia, é possível dizer que a constituição de sentidos, a partir da narrativa histórica, tem como elemento basilar o tempo em seu processo de evolução, mudanças e particularidades. Quando a diferença temporal é percebida e as experiências retomadas, isto não se dá como simples rememoração, pois que sofre interpretação. A dialética continua quando a interpretação das experiências cumpre a função prática de orientar o sujeito em seu tempo, e a orientação serve como móvel do agir. Se bem observado, pode-se depreender disso que, novamente, Rüsen faz um entrelaçamento temporal entre experiência, interpretação, função orientadora, motivações e atribuição de sentidos num amálgama que se processa como práxis (ação refletida para e na vida prática).

Ainda quanto aos sentidos históricos, Ribeiro (2011, p. 7, grifo do autor) se apropria das ideias de pesquisadores da Educação

9 Não abordaremos cada um desses aspectos por fugir ao propósito deste texto. Mas, fica registrada a possibilidade de se pensar em alguns mecanismos ou elementos possíveis de construção de sentido.

Histórica – notadamente Peter Lee –, para quem a elaboração dos sentidos históricos pelo sujeito se dá

[...] a partir do desenvolvimento de três competências básicas relativas à natureza do conhecimento histórico: a *utilização de fontes* enquanto meios para o questionamento, investigação e tratamento das informações; a *compreensão histórica*, enquanto modo como as informações são resignificadas pelos sujeitos integrando a temporalidade, a espacialidade e a contextualização e a *comunicação através de uma narrativa*, enquanto forma de apresentação de um discurso fundamentado e estruturado, que expresse os sentidos históricos produzidos.

A autora entende que essa expressão é manifestada por meio de aspectos variados da oralidade (narração, descrição, explicação) e outros tipos de comunicação escrita, valendo-se de conceitos e vocabulário próprios da Ciência Histórica.

Do exposto, convém lembrar que a premissa de que a experiência deva ser permeada de sentidos amplia a responsabilidade dos educadores frente às escolhas do que será ensinado em História, já que essas escolhas passam a representar mais que mera seleção curricular, que normalmente acata sugestões apresentadas pelos currículos prescritos que se expressam nos livros didáticos, quer nos parâmetros nacionais ou regionais. O currículo selecionado precisa fazer sentido para os sujeitos envolvidos na trama pedagógica, para que, assim, ele possa ser movido para dentro do mundo desses sujeitos e retorne como ações significativas – conforme a proposta de Heller –, e isso sob pena de ser negligenciado ou até mesmo negado, conforme vemos constantemente em nossas salas de aula. É imperioso lembrar, ainda, que esses sentidos se instalam antes e para além da escola, que precisa conhecê-los, contribuindo, dessa forma, para o aperfeiçoamento da consciência histórica.

Preocupado em traçar o desenvolvimento da consciência histórica, Rösen (2010, p. 71) elege a tipologia como aparato teórico apropriado para esta tarefa, o que, segundo ele mesmo, não constitui novidade, principalmente no campo da psicologia cognitiva. Aponta que a diferença de sua abordagem reside no fato de não ter havido até o momento “[...] nenhuma tentativa séria para acrescentar

esta perspectiva psicológica investigando a consciência histórica e suas competências cognitivas”, buscando então a ontogênese da consciência histórica em sua relação com a cognição histórica. Tal tarefa reveste-se de particular dificuldade pelo fato de que, até então, os estudos dessa natureza encontram-se no marco das ciências naturais.

Argumenta que a escolha da tipologia é apropriada, porque ela “[...] revela e define fundamentalmente os procedimentos da consciência histórica, inclusive dando algumas noções básicas do que poderia implicar o desenvolvimento da consciência histórica” (RÜSEN, 2010, 72). Como consequência, a interpretação do passado, que servirá como fator de orientação temporal, está sujeita e corresponderá, segundo Rüsen, a uma dada maneira de atribuir sentido ao tempo, isto é, a tipos específicos de consciência histórica as quais classifica em quatro formas, denominadas *tradicional*, *exemplar*, *crítica* e *genética*, cada uma delas vinculada respectivamente a um tipo de narrativa designado pela mesma terminologia.¹⁰

O primeiro tipo é por ele entendido como elemento primário e não pressupõe outras formas de consciência histórica. É a base constitutiva para os demais tipos e tem como característica fundamental a afirmação do passado, pois negá-lo levaria a uma desorientação. Está situado na origem de tudo, na exata noção da historicidade humana, por isso o autor considera que, no tipo de orientação tradicional, encontra-se o nascedouro da consciência histórica. Nele, o tempo é entendido como um *continuum* de repetição e preservação dos modelos culturais, onde valores e sistemas de valores são validados, a tradição é reforçada, e a identidade é definida pelas mesmas tradições. Constituem exemplos típicos desse tipo de consciência a cerimônia do *bar-mitzvá* judeu, a celebração da eucaristia na missa católica e a manutenção da monarquia em alguns países, na qual a tradição precisa ser permanentemente reavivada.

A consciência do tipo exemplar caracteriza-se pela regularidade e está relacionada às regras de mudança e da conduta humana, consideradas atemporais. Assim, quando esse tipo de consciência é

10 Em publicação recente, Rüsen considerou a narrativa crítica – o que inclui a consciência histórica crítica, a ela correspondente – como transição, veículo condutor entre as demais. Contudo, aqui mantivemos a tipologia inicialmente elaborada, tendo em vista que esta nova proposição do autor ainda não se encontra devidamente desenvolvida em outros textos traduzidos. Além disso, Rüsen mantém os quatro tipos, quando se refere à aprendizagem (conf. RÜSEN, Jörn, 2012, p. 60).

acionado, as experiências e os fatos são considerados válidos para qualquer tempo e atualizados para justificar as decisões e ações do presente. "Nesta concepção a história é vista como uma recordação do passado, como uma mensagem ou lição para o presente, como algo *didático* [...]" (RÜSEN, 2010, p. 65, grifo do autor). O modo de orientação da consciência exemplar se pauta na aplicação de regras, a moral é ensinada com base em condutas passadas, e a identidade histórica (responsável pela orientação interna) tem como característica a *sensatez*. Nesse tipo de consciência, é adotada a máxima ciceroniana, segundo a qual a História é mestra da vida, e a moral tem validade atemporal. Monumentos, festas cívicas e apelo ao nacionalismo servem bem para exemplificar esse tipo de consciência.

O terceiro tipo proposto por Rösen é a consciência crítica, na qual a negação constitui fator determinante, estabelecendo a dúvida sobre o fato, cuja busca pela resposta leva às evidências, o que, por sua vez, requer uma argumentação histórica crítica, que pode ser elaborada, por exemplo, considerando o fato como marcado por viés ideológico, ou baseado na vigência dos costumes e leis de cada época, ou, ainda, como uma informação inverídica, o que, segundo Rösen, geraria uma "contranarração" negadora da versão original. A argumentação também poderia se pautar no fato de que os costumes e as regras daquele momento estariam desatualizados, não tendo, portanto, validade para o hoje, o que se faria mediante a narração de uma "contra-história". Nesse sentido, a História serviria para romper com a continuidade, e novos pontos de vista seriam formulados, "[...] distinguindo-os das orientações históricas sustentadas por outros. Por meio dessas históricas críticas dizemos 'não' às orientações temporais predeterminadas de nossa vida" (RÜSEN, 2010, p. 67, grifo do autor). Na consciência crítica, a identidade também se constitui pela negação, ou seja, as experiências são retomadas para expressar o que não queremos ser, em um processo de reelaboração da autocompreensão.

Ademais, Rösen (2010, p. 68) acrescenta que o pensamento histórico levado a cabo por esse tipo de consciência "[...] injeta elementos de argumentação crítica ao raciocínio moral. Põe em questão a moral, apontando a relatividade cultural nos valores, que contrasta com uma universalidade suposta e aparente [...]" evidenciando, dessa forma, as condições temporais de elaboração

e validade de uma determinada moral, sobre a qual foi passada a falsa ideia de atemporalidade. Um exemplo clássico para esse tipo de consciência é o movimento feminista, que buscou na História evidências sobre a dominação masculina com o intuito de rompê-la, colocando em pauta discussões sobre os papéis sociais de homens e mulheres e a questão da identidade de gênero.

O quarto e último tipo de consciência proposto por Rüsen é a consciência genética, cuja marca é a transformação. Nele o olhar lançado ao passado tenta evitar anacronismos e perceber a diferença qualitativa entre as temporalidades históricas. As experiências são trazidas para compreensão de seu fluxo contínuo. Como as rupturas e complexidades que permeiam a vida social, a mudança deixa de ser ameaçadora para transformar-se em possibilidade de construção de um mundo novo. Dessa maneira, "permitimos que a história faça parte do passado; no entanto, ao mesmo tempo, lhe concedemos outro futuro. A mudança propriamente dita é que dá sentido à história" (RÜSEN, 2010, p. 69). O autor a caracteriza como a forma refinada do pensamento histórico e localiza sua origem na Modernidade, marcada pela categoria de progresso. No que diz respeito à autocompreensão e autoconfiança, a identidade é entendida em concordância com a mudança constante, assim como os valores morais são percebidos em situações contextualizadas. Esse tipo de consciência aceita a multiperspectividade histórica e pode ser exemplificada pelas várias leituras do processo de descolonização dos países africanos e pela evolução dos direitos humanos.

A partir de sua tipologia, Rüsen elabora o que chama de uma sequência estrutural, na qual situa o surgimento e desenvolvimento da consciência histórica, que se expressa de acordo com os tipos por ele identificados. Aborda essa sequência em termos do aumento gradativo da complexidade e, ao mesmo tempo, da capacidade humana em organizar essa complexidade, o que não significa dizer que sejam entendidas pelo autor como lineares ou hierárquicas, já que todas servem como formas de atribuição de sentidos e fatores de orientação da vida prática no tempo, travando entre si uma complexa relação, sendo um tipo precondição para o outro, exceção feita ao tipo tradicional, por seu caráter basilar. Similarmente, à medida que se move de um tipo de consciência a outro, o sujeito expande sua experiência e conhecimento sobre o passado e, em alguns casos – como na consciência crítica e genética –, promove uma distinção

qualitativa sobre a experiência temporal ou a percepção da mudança e instabilidade, tanto no seu, quanto no tempo do outro.

Assim, a consciência histórica é responsável pela constituição de sentidos, que variam em concordância com o tipo de consciência (tradicional, exemplar, crítica ou genética), sem, contudo, significar que seja possível encontrar indivíduos que sejam portadores unicamente de um desses tipos ou que eles serão desenvolvidos de forma progressiva em uma escala crescente (do tradicional ao genético) ou, ainda, que preexista nele independentemente da situação cognitiva à qual esteja exposto, das necessidades materiais, intenções e carências de orientação. Das argumentações apresentadas pelo autor, é possível depreender ainda que é justamente porque o tempo muda –, ou melhor, porque ocorrem mudanças dentro do tempo – que as demandas também mudam, sendo, portanto, inerentes a cada momento histórico e gerando sempre novas carências de orientação.

É possível inferir também que a memória histórica utiliza a experiência (re)interpretada para dar sentido ao tempo presente e projetar o futuro. Nisso tudo, a narrativa desempenha papel relevante, já que ela expressa a consciência histórica e é detentora dos mecanismos que organizam a memória histórica, levando, assim, a consciência histórica a cumprir sua função orientadora consoante o *superávit* de intenções e sentidos surgidos em cada época. Com isso, queremos dizer que, mesmo que a consciência histórica não represente a única forma de constituição de sentido, por sua condição eminentemente histórica (o ser humano faz a História, pensa sistematicamente sobre ela e a transmite) e pelas mudanças impostas pela própria História, ela simboliza uma das principais formas de localização humana no tempo e no espaço, pois que o ser precisa incessantemente perguntar sobre o outro para saber de si, perguntar pelo mundo em que vive, sobre como foi construído e o porquê das diferenças, isto é, atribuir sentidos, que se constituirão balizas para suas ações.

Sintetizando o pensamento de Rüsen acerca da consciência histórica, ele entende que esta “[...] não pode ser meramente equacionada como conhecimento do passado. [...] ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro” (RÜSEN, 2010, p. 36-37). Essa característica faz dela uma categoria

atemporal, por cambiar e transitar por tempos históricos distintos. Entendida dessa maneira, a consciência histórica atua como aparato intelectual que ajuda o ser humano a compreender e explicar para si e para os demais quem ele é e quem são (e foram) os outros.

Porque o tempo muda e ocorrem mudanças dentro do tempo, mudam também as orientações, exigindo novas respostas que são dadas pela consciência histórica, já que não se trata de qualquer consciência, mas uma que é racional (não racionalista), orientando, assim, o agir prático com base na experiência histórica, e não no ato irrefletido. Além disso, a relação com o tempo e o espaço não é compartilhada por todas as pessoas e grupos humanos da mesma forma, pois varia de acordo com a época, a cultura e o desenvolvimento material e espiritual, o que significa dizer que a própria consciência histórica e seus tipos (ou níveis) é também histórica, portanto, cambiável.

Em suma e na esteira de Rüsen, podemos dizer que a consciência histórica é inerente a todo ser humano, é constituidora de identidade(s), sintetiza a matriz temporal, se vale da memória histórica e reforça sua importância, questiona a consciência ético-moral não só em termos de valores morais em si, mas em relação aos sentidos que devem ser consentâneos com a realidade, desperta o interesse pela cultura histórica. Nela a narrativa histórica amplia sua legitimidade já que é a forma pela qual se expressa e dá sentido às ações, cumprindo a função de orientação na vida prática.

No que diz respeito à relação entre consciência histórica e ensino-aprendizagem de História, mesmo sendo consensual a ideia de que a História é aprendida em ambientes e situações variadas, também o é que a escola é seu principal meio sistemático de transmissão, atendendo a objetivos que visam, entre outros, ao desenvolvimento cognitivo do aprendente.

Inserida em um contexto social mais amplo, a escola vem se modificando, assim como os sujeitos que a adentram. Percebendo no aluno além de um nome na caderneta, as pesquisas têm procurado voltar o olhar para ele, perscrutar seus interesses, entender a relação que trava com os demais sujeitos envolvidos no processo educacional, com o conhecimento escolar, com as práticas pedagógicas. No caso particular da Educação Histórica, as investigações têm procurado compreender a construção do pensamento histórico e o desenvolvimento da consciência histórica de crianças e jovens,

buscando identificar o significado que o conhecimento histórico ganha em suas vidas para além da formação escolar, ou seja, se serve como fator de orientação para o agir na vida prática, já que estamos tratando-o não como puro objeto dado a conhecer, e, sim, como algo que “[...] não deve ser inerte, mas deve agir como uma parte da vida do aprendiz” (LEE, 2006, p. 135). Apesar dessa argumentação, é vital assinalar que

[...] o ensino de história não pode ser considerado como a ação socialmente estabelecida cujo objetivo é formar a consciência histórica, e muito menos *conscientizar historicamente* pode ser um objetivo do ensino de história. O ensino de história é a tentativa das gerações mais velhas de intervenção na consciência histórica em formação (CERRI, 2011, p. 62, grifo do autor).

De fato, “consciência histórica é uma categoria geral que não apenas tem relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico” (RÜSEN, 2010, p. 36). Conquanto não seja responsável pela formação da consciência histórica – conforme assevera Cerri e com quem concordamos –, é preciso ressaltar que isso não significa diminuir o papel do ensino no desenvolvimento da consciência histórica e na intervenção sobre esta, já que também entendemos ser seu desenvolvimento um dos pressupostos da aprendizagem histórica, função que caracteriza o ensino de História e a distingue de outras disciplinas. Além disso, somente o ensino sistemático de História, cujos objetivos sejam claramente delineados, ajudará os alunos a lidar historicamente com o passado.

Para finalizar, asseveramos que não entendemos a consciência histórica como a exclusiva forma de constituição de sentidos ou a única a servir como fator de orientação para a vida prática. Outros elementos, tais como crenças religiosas, filosóficas ou políticas, por exemplo, também cumprem essa função. De qualquer forma, mesmo considerando essa argumentação, a pergunta permanece: de onde se origina o móvel de nossas ações, intenções, interesses e sentimentos e o que lhes serve como fator de orientação? Os vários campos do conhecimento intentam responder a esta questão e o fazem de acordo com seus paradigmas e os olhares dos sujeitos que

os produzem. Com isso queremos explicitar que aqui tratamos da consciência histórica por acreditarmos ser ela um importante fator de atribuição de sentidos ao tempo e à vida, no campo que nos cabe: o campo da História, o campo do ensino e aprendizagem da História. No mais, a questão acerca do que servirá efetivamente como esse fator – conjuntamente com a consciência histórica ou para além dela – continua em aberto...

HISTORICAL CONSCIOUSNESS HISTORICAL NARRATIVE AND INTER-RELATIONSHIP WITH THE TEACHING OF HISTORY

ABSTRACT

This article presents a discussion of historical consciousness, historical narrative and the importance of both to the teaching and learning of history. Initially raises ontological questions and discusses them under the prism of consciousness and historical narrative. Both categories are theoretically supported by propositions of the German historian Jörn Rüsen, for whom historical consciousness plays a primary function of serving as a guidance factor of human action in time. Equally important to the understanding of historical consciousness is the historical narrative – and competencies related to them – which, according to the author, is a form of expression and assigning meaning to actions. The article concludes by advocating the improvement of historical consciousness as the key point of the teaching and learning of history.

Keywords: Historical Consciousness; Historical Narrative; History Teaching And Learning.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BORGES, J. L. In: *Ensaio: o tempo*. Disponível em: <<http://www.citador.pt/textos/o-presente-nao-existe-jorge-luis-borges>>. Acesso em: 09 ago.2012.

CERRI, L. F. A função da história de orientação temporal e o ensino escolar da história. 2º *Encontro de Diretrizes Curriculares Estaduais*. Seed-PR. Faxinal do Céu. Mesa Redonda: Valor Educativo do Ensino de História, 2004. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/lfronos/tefuncionhistoria.html>>. Acesso em: 22 out. 2012.

Consciência histórica, narrativa histórica... - Edinalva Padre Aguiar

CERRI, L. F. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. (Coleção FGV de Bolso. Série História).

HELLER, A. *Uma teoria da história*. Tradução de Dilson Bento de F. F. Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LEE, P. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar em Revista*, Curitiba, n. especial, p. 131-150, 2006.

LEE, P. Putting principles into practice: understanding history. In: BRANSFORD, J. D.; DONOVAN, M. S. (Eds.). *How students learn: history in the classroom*. Washington (DC): National Academy Press, 2005, p. 29-78. Disponível em: <http://www.nap.edu/openbook.php?record_id=11100&page=29>. Acesso em: 30/05/2012.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RIBEIRO, R. M. de O. Produção de narrativas em aulas de história. In: *Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História*. 18, 19 e 20 de abril de 2011, p. 1-21. Disponível em: <<http://abeh.org/trabalhos/GT07/tcompletoregina.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, J. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Trad. Peter H. Rautmann, Caio da C. Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

SCHMIDT, M. A. Literacia histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. *História e Ensino*, Londrina, v. 15, p. 9-22, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11424>>. Acesso em: 17/07/ 2012.

Recebido em dezembro de 2013.

Aprovado em abril de 2014.